



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

FUNDO DE APOIO E APARELHAMENTO DA DEFENSORIA PÚBLICA - FAADEP

DPGE

RELATÓRIO DE DESEMPENHO DE GESTÃO

PERÍODO - JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Sumário

1. Descrição geral, missão, finalidade, competência e estrutura organizacional.....	3
1.1. Descrição geral.....	3
1.2. Missão e Finalidade.....	3
1.3. Competência.....	4
1.4. Estrutura organizacional.....	4
2. Estratégias e planos de ação, destacando os objetivos e metas físicas e financeiras estabelecidas nos projetos e atividades.....	5
2.1. Estratégias.....	5
2.2. Planos de ação.....	6
3. Recursos orçamentários e financeiros, indicando suas fontes, recursos patrimoniais, infraestrutura e quadro de pessoal.....	11
3.1. Fontes.....	11
4. Execução de programas de governo, projetos e atividades privilegiando os resultados alcançados, com indicação dos recursos orçamentários e financeiros utilizados.....	13
4.1. Execução dos programas de governo.....	13
4.2. Execução dos projetos e atividades.....	15
5. Indicadores de gestão e de desempenho que permitam aferir a eficiência, eficácia e economicidade das ações.....	18
5.1. Indicadores de Gestão.....	18
5.2. Indicadores de Desempenho.....	25
6. Demonstrativo de Fluxo Financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos individualizados, bem como a indicação de contrapartida estadual, se for o caso.....	28
7. Demonstrativo das transferências de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou instrumentos congêneres;.....	29
8. Relatório de desempenho de gestão dos órgãos ou entidades supervisoras que mantenham contrato de gestão com organizações sociais na forma da Lei 12.781/97, bem como relatórios gerencial e de atividades;.....	30
9. Conclusão.....	31
10. Bibliografia.....	33



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

1. Descrição geral, missão, finalidade, competência e estrutura organizacional

1.1. Descrição geral

A criação do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará - FAADEP, cujos recursos se destinam a apoiar em caráter supletivo os programas de trabalho desenvolvidos ou coordenados pela DPGE, agregam um conjunto de ações na consecução de suas atribuições, inclusive pessoal, no que se refere à qualificação profissional.

Conforme o Artigo 4º da Lei 13.180 de 26 de dezembro de 2001, os recursos do FAADEP serão administrados pela Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará, por meio de uma Junta Administrativa composta pelo Defensor Público-Geral, Subdefensor Público-Geral e pelo Diretor de Apoio Administrativo e Financeiro, sob a presidência do primeiro.

O Artigo 5º da mesma Lei, ao dispor sobre a aplicação dos recursos do FAADEP, bem como sobre sua fiscalização, diz que os mesmos ficarão a cargo de uma junta administrativa, obedecidas às normas que vierem a ser estabelecidas para o seu funcionamento, sem prejuízos para o Órgão de controle interno do poder executivo (SECON) e do Tribunal de Contas do Estado.

Portanto, a fiscalização em questão, é uma preparação para a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, bem como para a avaliação de metas físicas, financeiras e programas setoriais inseridos no Plano Plurianual, a ser desenvolvida no âmbito do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Estadual, conforme a Instrução Normativa SECON Nº 01, de 13 de fevereiro de 2009.

No dia 27 de dezembro de 2013 foi promulgada a Lei n. 15.490, que trata do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria (FAADEP), e que altera a Lei Estadual 13.180/2001, acrescentando ao Fundo uma receita correspondente ao percentual de 5% do valor incidente sobre emolumentos e custos extrajudiciais de todos os atos praticados pelos serviços notariais e de registros cartoriais, passando o FAADEP a custear também *outras despesas correntes* (GND 33).

1.2. Missão e Finalidade

Os recursos do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará - FAADEP se destinam a apoiar em caráter supletivo os programas de trabalho desenvolvidos ou coordenados pela DPGE, agregam um conjunto de ações na consecução de suas atribuições, inclusive pessoal, no que se refere à qualificação profissional.



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

1.3. Competência

Conforme o artigo 1º e 2º da Lei 13.180 de 26 de dezembro de 2001, o Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública-Geral do Estado do Ceará - FAADEP, cujos recursos se destinam a apoiar, em caráter supletivo, os programas de trabalho por ela desenvolvidos ou coordenados.

Compreende-se como programas de trabalho desenvolvidos ou coordenados pela Defensoria Pública-Geral do Estado do Ceará, o conjunto de ações relativas à consecução das suas atribuições, a realização de despesas correntes e de capital, inclusive qualificação e aperfeiçoamento profissional de seus integrantes e servidores, aparelhamento administrativo, a aquisição de instalações e a ampliação da capacidade de instalação do Órgão e outras aplicações previamente autorizadas pelo Defensor Público-Geral, de interesse da Instituição.

1.4. Estrutura organizacional

Conforme o Artigo 4º da Lei 13.180 de 26 de dezembro de 2001, os recursos do FAADEP serão administrados pela Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará, por meio de uma Junta Administrativa composta pelo Defensor Público-Geral, Subdefensor Público-Geral e pelo Diretor de Apoio Administrativo e Financeiro, sob a presidência do primeiro.



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

2. Estratégias e planos de ação, destacando os objetivos e metas físicas e financeiras estabelecidas nos projetos e atividades

2.1. Estratégias

O conjunto de atividade dos programas, contribuiu com o principal objetivo da Defensoria, que é prestar gratuita e integral, assistência jurídica judicial e extrajudicial aos necessitados, compreendendo a orientação, postulação e defesa de seus direitos e interesses, em todos os graus e instâncias, compreendido entre estes, o juízo das pequenas causas, na forma de inciso LXXIV do art. 5º, da Constituição Federal.

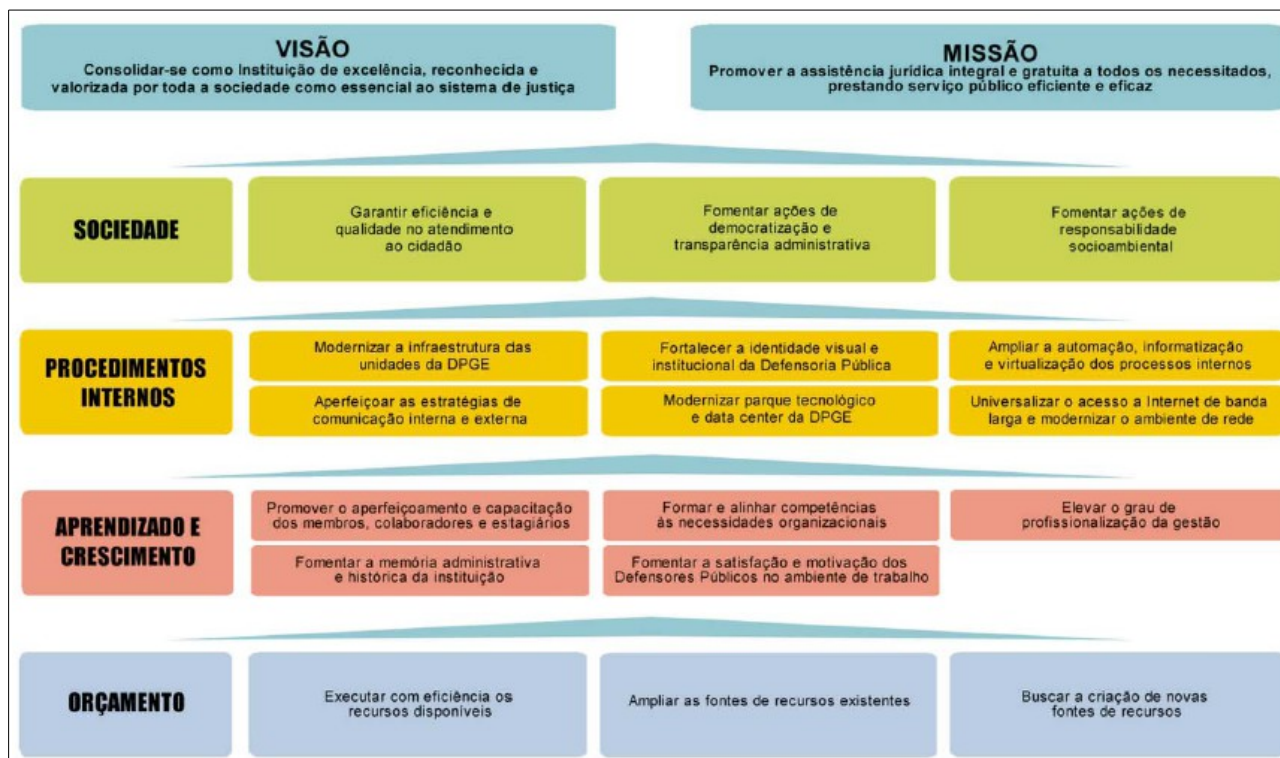
A Defensoria é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe como expressão do regime democrático, a tutela jurídica integral e gratuita, individual e coletiva, judicial e extrajudicial e a promoção dos direitos humanos dos necessitados, assim considerados na forma da lei. Com isso, a nova lei orgânica nacional da Defensoria Pública enfocou a vocação da Defensoria como instituição voltada à defesa dos direitos humanos da população carente.

As Estratégias devem ser definidas para direcionar a organização ao cumprimento da sua Missão. O Mapa Estratégico é um instrumento que permite a visualização das estratégias através das relações de causa e efeito e deles com a Missão e Visão de futuro da instituição. Proporciona também o alinhamento da instituição com suas estratégias e iniciativas prioritárias. Demonstra ainda que existe um sentido lógico na relação entre as perspectivas, evidenciando que a perspectiva financeira (Orçamento) será a grande força motriz para a execução do Plano Estratégico, passando pelas demais, isto é, Aprendizado e Crescimento, Procedimentos Internos, Sociedade, até alcançar a Missão e Visão da organização.



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

Eis o Mapa Estratégico da DPGE:



Fonte: Planejamento Estratégico 2014-2015

2.2. Planos de ação

Em 2012, a Defensoria Pública desenvolveu o seu primeiro Planejamento Estratégico. Fundado em 17 estratégias distribuídas em 04 perspectivas, conforme metodologia Balanced Scorecard(BSC), que direciona a construção de estratégias e iniciativas para perspectivas organizacionais preestabelecidas. São elas: sociedade, procedimento interno, aprendizado e crescimento e orçamento. Essas quatro perspectivas formam um conjunto coeso e interdependente, sendo estabelecidas estratégias, indicadores e iniciativas que garantam o alcance dos desafios estabelecidos nos temas estratégicos.

O instrumento utilizado para o registro dessas informações é o Mapa Estratégico, onde é demonstrada a relação de causa e efeito entre as estratégias e as perspectivas, todos direcionados para Missão e Visão institucionais. Foram estabelecidas 22 metas estratégicas e 42 iniciativas, cuja média global de execução foi de 90,36% no biênio 2012-2013. O andamento dos projetos é monitorado em reuniões mensais e os balanços de gestão estratégica são publicados regularmente, agregando transparência à administração. Já em 2014, no início do segundo biênio, o planejamento foi reeditado, com aperfeiçoamento de métricas de aferição de desempenho e resultado, bem como da metodologia.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Abaixo segue Matriz de Indicadores e Monitoramento dos Projetos:

Tabela 1 - MATRIZ DE INDICADORES E MONITORAMENTO DOS PROJETOS PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DPGE 2014-2015

N.	Projeto	Meta	% Exec.
1	Aumento pelo Conselho Superior do valor da ajuda de custo para deslocamentos para fora do Estado	Aumentar em % o valor da ajuda de custo	85,71 %
2	Aumento pelo Conselho Superior do valor da diária para deslocamentos para fora do Estado	Aumentar em xx% o valor da diária	85,71 %
3	Celebrar Convênios para disponibilização de benefícios aos Defensores, seus familiares, e colaboradores da DPGE	Celebrar 05 convênios contendo benefícios diretos para DPs	100 %
4	Criação do Grupo de Ações Impactantes para articulação de ações integradas	Implementar o Grupo de Ações Impactantes	100 %
5	Construção do novo Núcleo João XXIII, com estrutura arquitetônica e de engenharia similar à Sede Administrativa	Entregar a obra do Novo Núcleo João XXIII	30 %
6	Ampla reforma e modernização do Núcleo de Assistência ao Preso Provisório NUAPP Aldeota	Modernizar com ampla reforma o NUAPP Aldeota	30 %
7	Inauguração do Núcleo de Atendimento a Adolescentes e Jovens em Conflito com a Lei	Inaugurar o Novo Núcleo do Adolescente	100 %
8	Elaboração do projeto de engenharia e arquitetura, conquista de recurso e licitação da construção de edifício verticalizado para sediar a Central de Acolhimento ao Cidadão (CAC), anexo à Sede Administrativa	Conquistar projeto, recurso e licitação para construção do Novo CAC	58,33 %
9	Consolidação do ciclo de reformas e adequação da infraestrutura de todas as unidades da DPGE na Capital, com pintura, substituição de mobiliário, instalação de divisórias e persianas e novos equipamentos tecnológicos	Reformar 04 núcleos ou órgãos de atuação em Fortaleza	100 %
10	Criação do Grupo de Apoio aos Núcleos Especializados, com Defensores designados para auxiliar Núcleos Especializados como NAC e NUHAM no acompanhamento de ACPs	Implementar o Grupo de Apoio aos Núcleos Especializados	100 %
11	Regulamentação da atuação da Defensoria Pública em cartas precatórias e outras formas de atuação em favor de assistidos com domicílio em comarca diversa daquela onde tramita o processo, no âmbito do Estado do Ceará	Regulamentar atuação em favor de assistido com dom. em comarca diversa	100 %
12	Construção do prédio próprio de Defensoria em Sobral, com estrutura arquitetônica e de engenharia similar à da Sede Administrativa da DPGE	Entregar a obra do Novo Núcleo Sobral	87,5 %
13	Regularizar a situação do terreno da DPGE no município de Caucaia, tornando-o apto à construção da sede própria da Defensoria nessa comarca	Conquistar a regularização do terreno doado pela Prefeitura de Caucaia à DPGE	50 %
14	Elaboração dos projetos de arquitetura e engenharia e conquista de recurso para construção de novas sedes da DPGE no interior do Estado, como Crato, Quixadá e Itapipoca	Conquistar projeto, recurso e iniciar licitação para construção de pelo menos 01 Novo Núcleo no Interior	40 %
15	Consolidação do ciclo de reformas e adequação da infraestrutura	Reformar 10 núcleos ou órgãos	40 %



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

	de todas as unidades da DPGE no Interior, com pintura, substituição de mobiliário, instalação de divisórias e persianas e novos equipamentos tecnológicos	de atuação no Interior	
16	Ampliação de 100% na quantidade de Núcleos-Modelo da Defensoria Pública nas comarcas do interior, dobrando o número de sedes próprias da DPGE fora da capital	Inaugurar 03 Novos Núcleos-Modelo no Interior	100 %
17	Implantação de ciclos de Capacitação para Defensores Públicos voltados para a utilização dos Sistemas de Informática, fluxos de trabalho e procedimentos internos	Realizar 02 capacitações sobre sistemas, fluxogramas ou procedimentos internos	100 %
18	Fortalecimento da política de qualificação dos Defensores Públicos, incrementando a quantidade de capacitações e diversificando os temas abordados	Realizar 06 cursos sobre temas diversos para DPs	100 %
19	Fortalecimento da política de capacitação dos colaboradores e estagiários	Realizar 04 cursos sobre temas diversos para colaboradores e estagiários	100 %
20	Distribuição de códigos para 100% das unidades da DPGE	Distribuir códigos a 100% das unidades da DP que ainda não os receberam	100 %
21	Incrementar o acervo da Biblioteca da DPGE	Incrementar em 50% o acervo da Biblioteca	100 %
22	Incrementar o acervo de livros disponíveis em comarcas do interior do Estado	Incrementar em 100% o acervo descentralizado em municípios do interior	100 %
23	Atualizar regulamentação do funcionamento da Biblioteca	Regulamentar o funcionamento da Biblioteca	100 %
24	Realização de novos cursos in company em parceria instituições de renome	Realizar 02 cursos in company voltados para Defensores	100 %
25	Contratar a realização de Cursos on-line para Defensores Públicos de todo o Estado e qualificação à distância	Celebrar ao menos 01 contrato para disponibilização de cursos à distância	cancelado
26	Aplicação de Consultorias Organizacionais, a fim de promover o aperfeiçoamento profissional de todos que compõem a Defensoria e melhorar os procedimentos internos, elevando-os a nível de excelência em Gestão Pública: Gestão de Competências, Motivação, Liderança, Comportamento Organizacional e Desenvolvimento de RH	Aplicar pelo menos 01 consultoria na área de RH	80 %
27	Adoção de política organizacional voltada para o Desenvolvimento Pessoal dos colaboradores, com criação de bancos de dados individualizados de gerenciamento funcional, registro formal de elogios e reclamações e criação de Plano de Metas pessoais	Aplicar pelo menos 01 consultoria na área de RH	80 %
28	Criação da Célula de Apoio e Pesquisa (CAP) voltada para pesquisas de teses de maior complexidade e alimentação do Clipping de Notícias Jurídicas e Jurisprudência Seleccionada	Implantar o serviço de suporte a pesquisa de teses, jurisprudência e notícias jurídicas	33,33 %
29	Realização da Edição nº 02 do Encontro de Teses em 2014/2015	Realizar 01 encontros de teses	100 %



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

30	Realização de Oficinas de Júri para treinamento de Defensores Públicos para atuar no Tribunal do Júri	Realizar 02 oficina tendo como tema Tribunal do Júri	100 %
31	Inclusão no Curso de Formação de Estagiários de Oficinas de Petições e Atendimento ao Público	Realizar 04 oficinas, 02 de petições, 02 de atendimento ao público	100 %
32	Realização de Ciclos de Oficinas Intersetoriais entre os Núcleos da DPGE	Realizar 02 ciclos de oficina intersetoriais	100 %
33	Ampliação do Projeto Defensoria em Discussão fomentando a realização de Encontros entre Núcleos Especializados e Defensores do interior	Realizar 04 encontros Núcleos Especializ.- Núcleos do Interior	75 %
34	Aplicação da Identidade Visual da Defensoria Pública em todas as unidades da DPGE	Implantar identidade visual da DPGE em 100% dos órgãos de atuação	100 %
35	Criação do Programa de Responsabilidade Socioambiental	Implantar e regulamentar o Programa de Responsabilidade Socioambiental da DPGE	100 %
36	Aperfeiçoamento da articulação da DPGE com a imprensa, através da realização de momentos de compartilhamento das ações da instituição junto aos veículos e meios de comunicação	Realizar 10 ações de melhoria da articulação da DPGE com a imprensa	100 %
37	Realização de Pesquisa de Satisfação nos núcleos	Realizar pelo menos 10 Pesquisas de Satisfação do Usuário em órgãos da DP	100 %
38	Implantar brinquedotecas nos Núcleos da DPGE	Implantar brinquedoteca em pelo menos 05 novos núcleos	100 %
39	Criar o Plano Diretor de Comunicação da DPGE	Implantar e regulamentar o Plano Diretor da DPGE	100 %
40	Criar o Memorial da DPGE	Implantar memorial da DPGE em meio eletrônico	50 %
41	Implantar Lei do Acesso à Informação	Implantar a Lei do Acesso à Informação nos termos da legislação vigente	100 %
42	Criação do Comitê de Políticas de Comunicação e Comitê de Gestão Orçamentária	Implantar e regulamentar 02 comitês	100 %
43	Criação do Projeto Diálogo Cidadão a fim de incrementar momentos de articulação da Defensoria com a sociedade e os movimentos sociais	Realizar 06 atividades de articulação	100 %
44	Criação do Projeto Parceria Acadêmica para cessão de estagiários pelas IES à DPGE	Celebrar 01 Convênios para cessão de estagiários pelas IES à DPGE	100 %
45	Realização do concurso para provimento do cargo efetivo de defensor público de entrância inicial	Realização do Concurso Público	100 %
46	Criar carreira de técnico e analista defensorial	Aprovar 01 lei de criação da carreira de técnico e analista	50 %
47	Realizar licitação para contratação de plano de saúde	Realização de Processo Licitatório	cancelado



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

48	Estruturação das novas unidades do interior para receber os novos defensores públicos	Equipamentos / mobiliário adquirido	90 %
49	Elaborar o Plano de Universalização do Acesso à Justiça	Aprovar PUAJ	100 %
50	Instruir processo licitatório para aquisição de material gráfico	Habilitar processo licitatório	100 %
51	Instruir processo licitatório para contratação de empresa de eventos	Habilitar processo licitatório	100 %
52	Celebrar convênio de cooperação técnica entre DPGE e TJCE tendo como objeto a arrecadação de emolumentos extrajudiciais pela DPGE (ref. Lei Estadual nº 15.490/2013)	Assinatura de Convênio entre o TJCE e a DPGE	90 %
Percentual médio de execução			87,11%



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

3. Recursos orçamentários e financeiros, indicando suas fontes, recursos patrimoniais, infra-estrutura e quadro de pessoal

3.1. Fontes

A fonte existente no orçamento de 2015 do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará é:

a) 70 – Recursos Diretamente Arrecadados: Responsável pelas despesas de custeio e alguns investimentos;

Os recursos do FAADEP são oriundos de 7,5% do FERMOJU e pelos 5% do EMOLUMENTOS, previstos no art. 3º, da Lei 12.642, de 4 de dezembro de 1996, e alterado para o percentual de 12% pela Lei 14.247, de 19 de novembro de 2008 e pela Lei nº 15.490, de 27 de dezembro de 2013, estabelece a forma de repasse de 5% (cinco por cento) do valor de emolumentos e custas extrajudiciais incidentes sobre todos os atos praticados pelos Serviços Notariais e de Registros, a ser recolhido pelos respectivos Delegatários dos Serviços Notariais e Registrais ao Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará – FAADEP.

O FERMOJU (Fundo Especial de Reaparelhamento e Modernização do Poder Judiciário do Estado do Ceará) é um órgão do Poder Judiciário criado por Lei. Suas ações são amparadas por Lei e Normas Administrativas. Através do recolhimento das taxas, o FERMOJU promove a Modernização e o Reaparelhamento do Poder Judiciário do Estado do Ceará, permitindo, assim, à sociedade o acesso mais justo e democrático a este Poder. (Fonte: <http://www.tjce.jus.br/fermoju/o-que-e-fermoju/> em 02/05/2016 às 13:27)

Emolumentos são taxas remuneratórias de serviços públicos, tanto notarial, quanto de registro, configurando uma obrigação pecuniária a ser paga pelo próprio requerente. (Fonte: <http://www.direitonet.com.br/dicionario/exibir/997/Emolumentos> em 02/05/2016 às 13:27)

Tabela 2 - QUADRO DE FONTES

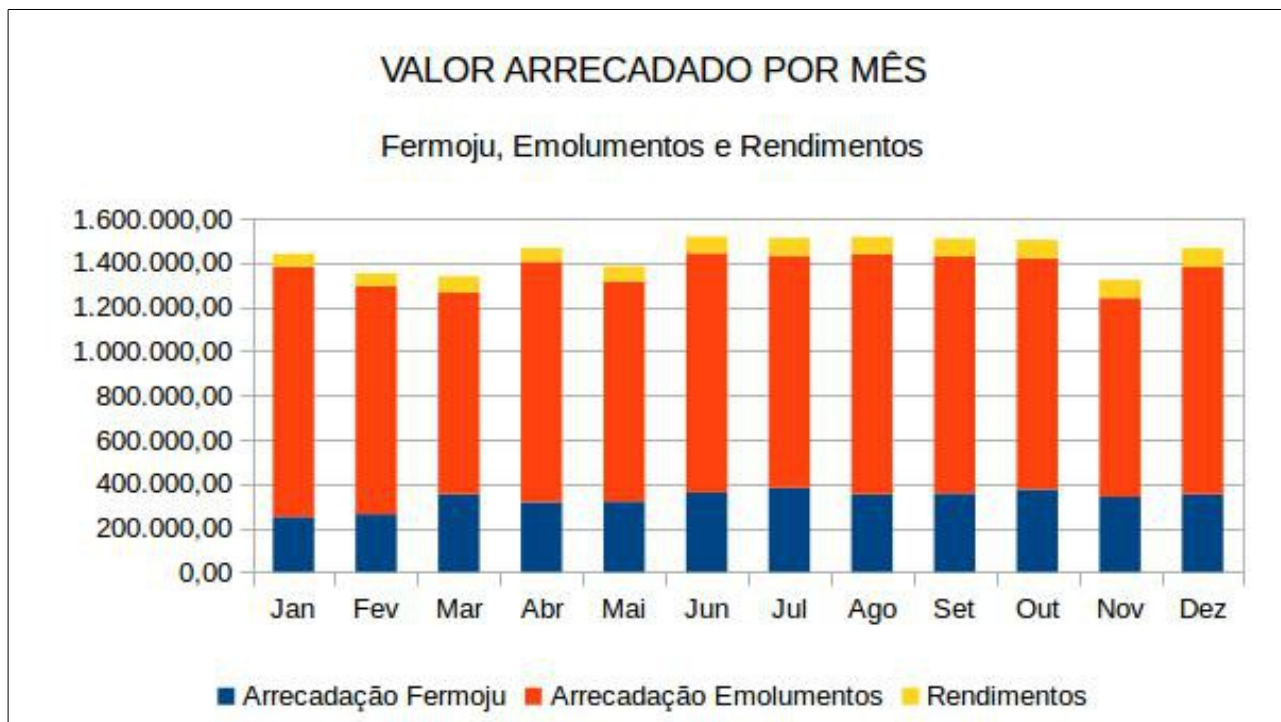
Cód.	Descrição	Lei	Lei+Crédito (L)	Empenhado(E)	% E/L
70	RECURSOS ORDINÁRIOS	16.380.000,00	17.761.194,45	16.799.695,52	94,59%

Fonte: http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Paginas/frm_consulta_execucao.aspx em 02/05/2016 às 15:48

Os recursos orçamentários do Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública-Geral do Estado do Ceará – FAADEP, constarão no orçamento geral do Estado do Ceará. O Fundo contribuiu com o valor de R\$ 11.401.253,39, sendo R\$ 4.014.410,94 referentes ao FERMOJU e R\$ 12.426.421,47 referente ao EMOLUMENTOS. Os rendimentos do valor arrecadado foi da ordem de R\$ 890.058,41.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ



Fonte: Gerência Financeira DPGE em 02/05/2016 às 15:48

Tabela 3 - VALOR ARRECADADO (FERMOJU, EMOLUMENTO E RENDIMENTOS) MENSAL

Mês	Fermoju	Emolumentos	Rendimentos
Janeiro	250.384,50	1.130.591,48	59.343,87
Fevereiro	262.150,84	1.031.548,78	58.524,73
Março	352.330,01	911.811,57	74.176,58
Abril	316.029,73	1.088.519,44	62.148,53
Maio	318.880,80	995.676,60	69.627,64
Junho	359.975,11	1.083.912,93	74.119,01
Julho	381.021,20	1.051.042,32	80.261,21
Agosto	351.472,05	1.087.165,32	78.218,50
Setembro	355.881,75	1.071.977,22	81.866,63
Outubro	373.947,22	1.045.260,51	84.251,89
Novembro	340.149,33	901.612,03	81.466,88
Dezembro	352.188,40	1.027.303,27	86.052,94
Total	4.014.410,94	12.426.421,47	890.058,41

Fonte: Gerência Financeira DPGE em 02/05/2016 às 15:48



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

4. Execução de programas de governo, projetos e atividades privilegiando os resultados alcançados, com indicação dos recursos orçamentários e financeiros utilizados

4.1. Execução dos programas de governo

Tabela 4 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

Cód.	Descrição	Lei+Crédito (L)	Empenhado(E)	% E/L
088	PROMOÇÃO E DEFESA DE DIREITOS E ACESSO À JUSTIÇA	1.169.194,45	838.065,55	71,68%
500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA DPGE E VINCULADA	16.592.000,00	15.961.629,97	96,20%
TOTAL		17.761.194,45	16.799.695,52	94,59%

Fonte: http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta//Paginas/frm_consulta_execucao.aspx em 02/05/2016 às 15:48

Tabela 5 - RECURSOS FINANCEIROS NA EXECUÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO

Cód.	Descrição	Pago (P)	A Pagar (A)	% P/(P+A)
088	PROMOÇÃO E DEFESA DE DIREITOS E ACESSO À JUSTIÇA	838.065,55	0,00	100,00%
500	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA DPGE E VINCULADA	12.657.587,54	12.657.587,54	79,30%
TOTAL		13.495.653,09	12.657.587,54	93,79%

Fonte: http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta//Paginas/frm_consulta_execucao.aspx em 02/05/2016 às 15:48

088 - PROMOÇÃO E DEFESA DE DIREITOS E ACESSO À JUSTIÇA

Com relação à execução do “Programa 088 – Promoção e Defesa de Direitos e Acesso à Justiça” no exercício de 2015, informamos que, do valor total do programa, cerca de 72,2%, ou seja, R\$ 9.506.750,00 seriam advindos de um contrato de financiamento com o BNDES para a Defensoria Pública cuja assinatura estava prevista para o ano de 2015, porém até o presente momento não foi assinado pelo Governo do Estado do Ceará e o BNDES, tendo assim os respectivos recursos financeiros não repassados para a Defensoria Pública, impactando na não possibilidade de execução e refletindo na baixa execução orçamentária desse programa. Caso não fosse contabilizado a Fonte 45 – Operações de Crédito Internas – Tesouro/BNDES, o percentual de execução do referido programa atingiria 79,55% como podemos observar na tabela abaixo:

Tabela 6 - VISÃO GERAL DO PROGRAMA 088

Orgão	Prog.	Cód.	Descrição	Lei+Crédito (L)	Empenhado(E)	% E/L
060001	088	00	RECURSOS ORDINÁRIOS	1.279.254,00	1.218.449,73	95,25%
060001	088	01	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS	1.040.646,00	688.198,62	66,13%
060001	088	45	OPERAÇÕES DE CRÉDITOS INTERNAS – TESOURO/BNDES	9.506.750,00	0,00	0,00%



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

060001	088	82	CONVÊNIOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS – ADMINISTRAÇÃO DIRETA	170.934,00	166.843,21	97,61%
060101	088	70	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	1.169.194,45	838.065,55	71,68%
TOTAL				13.166.778,45	1.693.107,38	12,86%

Fonte: http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta//Paginas/frm_consulta_execucao.aspx em 02/05/2016 às 15:48

500 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DA DPGE E VINCULADA

Tabela 7 - VISÃO GERAL DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA 500

Orgão	Prog.	Cód.	Descrição	Lei+Crédito (L)	Empenhado(E)	% E/L
060001	500	00	RECURSOS ORDINÁRIOS	107.791.907,00	107.309.450,97	99,55%
060101	500	70	RECURSOS DIRETAMENTE ARRECADADOS	16.592.000,00	15.961.629,97	96,20%
TOTAL				124.383.907,00	123.271.080,94	99,11%

Fonte: http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta//Paginas/frm_consulta_execucao.aspx em 02/05/2016 às 15:48



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

4.2. Execução dos projetos e atividades

O detalhamento da despesa em questão, em nível de elemento de despesa, projeto atividade e projeto de investimento, encontra-se nos quadros abaixo.

088 - PROMOÇÃO E DEFESA DE DIREITOS E ACESSO À JUSTIÇA

Tabela 8 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES DO PROGRAMA 088

Cód. Programa	Cód. Ação	Título da Ação	Lei + Crédito (L)	Empenhado (E)	% Execução (E/L)
88	14280	Assistência Jurídica Itinerante	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
88	16412	Implantação e Modernização de Núcleos Avançados	R\$ 119.000,00	R\$ 0,00	0,00%
88	16413	Modernização do Parque Tecnológico da Defensoria Pública	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
88	16415	Modernização de Núcleos Especializados	R\$ 51.000,00	R\$ 0,00	0,00%
88	16416	Modernização de Núcleos Descentralizados	R\$ 10.000,00	R\$ 0,00	0,00%
88	16417	Realização de Concurso Público para Defensores e Servidores da Área Administrativa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
88	16453	Otimização de Processos e Sistemas de Informação para Melhoria do Atendimento ao Cidadão, Executado por Meio de Contrato de Gestão	R\$ 989.194,45	R\$ 838.065,55	84,72%
TOTAL			R\$ 1.169.194,45	R\$ 838.065,55	71,68%

Fonte: http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Paginas/frm_consulta_execucao.aspx em 02/05/2016 às 15:48

Tabela 9 - RECURSOS FINANCEIROS NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES DO PROGRAMA 088

Cód. Programa	Cód. Ação	Título da Ação	Pago (P)	A Pagar (A)	% P/(P+A)
88	14280	Assistência Jurídica Itinerante	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
88	16412	Implantação e Modernização de Núcleos Avançados	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
88	16413	Modernização do Parque Tecnológico da Defensoria Pública	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
88	16415	Modernização de Núcleos Especializados	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

88	16416	Modernização de Núcleos Descentralizados	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
88	16417	Realização de Concurso Público para Defensores e Servidores da Área Administrativa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
88	16453	Otimização de Processos e Sistemas de Informação para Melhoria do Atendimento ao Cidadão, Executado por Meio de Contrato de Gestão	R\$ 838.065,55	R\$ 0,00	100,00%
TOTAL			R\$ 838.065,55	R\$ 0,00	100,00%

Fonte: http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Paginas/frm_consulta_execucao.aspx em 02/05/2016 às 15:48

500 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DA DPGE E VINCULADA

Tabela 10 - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES DO PROGRAMA 500

Cód. Programa	Cód. Ação	Título da Ação	Lei + Crédito (L)	Empenhado (E)	% Execução (E/L)
500	19223	Aquisição e Implantação de Produtos e Serviços de TI - FAADEP	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
500	19292	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos - FAADEP	R\$ 415.000,00	R\$ 382.117,29	92,08%
500	28451	Manutenção e Funcionamento - FAADEP	R\$ 15.193.025,00	R\$ 14.833.855,54	97,64%
500	28520	Manutenção e Funcionamento de TI - FAADEP	R\$ 629.975,00	R\$ 422.715,68	67,10%
500	28589	Desenvolvimento e Capacitação de Servidores - FAADEP	R\$ 354.000,00	R\$ 322.941,46	91,23%
TOTAL			R\$ 16.592.000,00	R\$ 15.961.629,97	96,20%

Fonte: http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Paginas/frm_consulta_execucao.aspx em 02/05/2016 às 15:48

Tabela 11 - RECURSOS FINANCEIROS NA EXECUÇÃO DOS PROJETOS E ATIVIDADES DO PROGRAMA 500

Cód. Programa	Cód. Ação	Título da Ação	Pago (P)	A Pagar (A)	% P/(P+A)
500	19223	Aquisição e Implantação de Produtos e Serviços de TI - FAADEP	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
500	19292	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Veículos - FAADEP	R\$ 31.844,37	R\$ 350.272,92	8,33%
500	28451	Manutenção e Funcionamento -	R\$ 11.926.107,28	R\$ 2.907.748,26	80,40%



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

		FAADEF			
500	28520	Manutenção e Funcionamento de TI - FAADEF	R\$ 393.905,68	R\$ 28.810,00	93,18%
500	28589	Desenvolvimento e Capacitação de Servidores - FAADEF	R\$ 305.730,21	R\$ 17.211,25	94,67%
TOTAL			R\$ 12.657.587,54	R\$ 3.304.042,43	79,30%

Fonte: http://web3.seplag.ce.gov.br/siofconsulta/Paginas/frm_consulta_execucao.aspx em 02/05/2016 às 15:48



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

5. Indicadores de gestão e de desempenho que permitam aferir a eficiência, eficácia e economicidade das ações

Tendo como norteador o Plano de Governo 2012/2015 – inserido na Política Setorial – **Sociedade Justa e Solidária**, que compreende o Objetivo Estratégico de Assegurar Direitos de Defesa e acesso à Justiça, a ser viabilizado pelos instrumentos de planejamento, na medida em que a ampliação do atendimento jurídico, integral e gratuito é potencializada, assegurando os direitos individuais e coletivos da população.

Metas Físicas e Financeiras

A aferição das metas físicas e financeiras, obedecem a verticalização dos instrumentos de planejamento, desde o objetivo estratégico, passando pela ação de governo propriamente dita, programas contemplados, e por fim, os indicadores de resultados.

Portanto, o cumprimento da meta em si, depende muitas vezes de fatores condicionantes que norteiam o sistema estadual de planejamento e nem sempre o planejamento setorial.

5.1. Indicadores de Gestão

Tabela 13 – QUANTIDADE DE DEFENSORES EM ATIVIDADE-FIM

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Média
Capital	173 ¹	173 ¹	182 ¹	192 ¹	187 ¹	184 ¹	184 ¹	185 ¹	181 ¹	181 ¹	181 ¹	198 ¹	183 ¹
Interior	64 ²	64 ²	64 ²	64 ²	64 ²	64 ²	64 ²	64 ²	64 ²	64 ²	64 ²	64 ²	64 ²
Total	237	237	246	256	251	248	248	249	245	245	245	262	247

Fonte:

(1) Coordenadoria das Defensorias da Capital (CDC) em 09/05/2016. Valor arredondado referente a média dos meses de Janeiro à Dezembro dos referidos anos. Média calculada: 183,42;

(2) Coordenadoria das Defensorias do Interior (CDI) em 02/05/2016. Valor arredondado referente a média dos meses de Janeiro à Dezembro dos referidos anos, retirado 1/12 referente ao período de férias. Média calculada: 64,00;

Tabela 14 – GESTÃO POR RESULTADOS

NÚMERO DE PESSOAS BENEFICIADAS	2015
Total de Procedimentos (Capital+ Interior)	530.635 ⁽¹⁾
Número de Acolhimentos SGA - Núcleo Central de Atendimento	41.424 ⁽²⁾
Número de Acolhimentos SGA - Núcleo de Caucaia	* ⁽³⁾
Número de Acolhimentos SGA - Núcleo de Sobral	806 ⁽⁴⁾
Número de Acolhimentos SGA - Núcleo de Pacajua	* ⁽⁵⁾
Número de Acolhimentos SGA - Núcleo de Juazeiro do Norte	2.826 ⁽⁶⁾
Número de Acolhimentos SGA - Núcleo de Barbalha	* ⁽⁷⁾
Alô Defensoria	17.523 ⁽⁸⁾



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Atendimentos no Núcleo do João XXIII	2.047 ⁽⁹⁾
Atendimentos no Núcleo de Mediação do Crato	3.203 ⁽¹⁰⁾
Atendimentos nas IES	4.545 ⁽¹¹⁾
Nº PESSOAS BENEFICIADAS DIRETAMENTE (NPBD)	603.009⁽¹²⁾
Nº PESSOAS BENEFICIADAS INDIRETAMENTE (NPBD x 3,6) comp. média familiar	2.170.832⁽¹³⁾

Fonte:

(1) CORREGEDORIA (Painel Gerencial) - http://painelgerencial.defensoria.ce.gov.br/callcenter/total_atendimentos_por_ano em 04/05/2016 às 08:26;

(2) Sistema SGA (Núcleo Central de Atendimento) - Dados fornecidos pela Célula de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação/COTIN (Coordenadoria de Tecnologia da Informação) 02/05/2015 às 15:49;

(3) Sistema SGA (Núcleo de Caucaia) - Impossibilidade de obtenção dos dados de acolhimento devido falhas apresentadas nos sistemas SGA dos núcleos de Pacajus e Barbalha no período de apuração;

(4) Sistema SGA (Núcleo de Sobral) - Dados fornecidos pela Célula de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação/COTIN (Coordenadoria de Tecnologia da Informação) 02/05/2015 às 15:49;

(5) Sistema SGA (Núcleo de Pacajus) - Impossibilidade de obtenção dos dados de acolhimento devido falhas apresentadas nos sistemas SGA dos núcleos de Pacajus e Barbalha no período de apuração;

(6) Sistema SGA (Núcleo de Juazeiro do Norte) - Dados fornecidos pela Célula de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação/COTIN (Coordenadoria de Tecnologia da Informação) 02/05/2015 às 15:49;

(7) Sistema SGA (Núcleo de Barbalha) - Impossibilidade de obtenção dos dados de acolhimento devido falhas apresentadas nos sistemas SGA dos núcleos de Pacajus e Barbalha no período de apuração;

(8) http://painelgerencial.defensoria.ce.gov.br/corregedoria/natureza_quantidade em 04/05/2016 às 08:26

(9) Projeção com dados parciais até 31 de julho de 2015 (Cálculo: $(1194/7)*12$);

(10) Projeção com dados parciais até 15 de outubro de 2015 (Cálculo: $(2536/9,5)*12$);

(11) Projeção com dados parciais até 30 de setembro de 2015 (Cálculo: $(2536/9)*12$);

(12) Número de Pessoas Beneficiadas Diretamente (NPBD) é somatório das linhas (1), (2), (3), (4), (5), (6), (7), (8), (9), (10) e (11);

(13) O Número de Pessoas Beneficiadas Indiretamente (NPBI) é o Número de Pessoas Beneficiadas Diretamente (NPBD) multiplicado pelo fator 3,6 (Composição média familiar)

Tabela 15 – INDICADORES DE GESTÃO POR RESULTADOS

Indicador	2012	2013	2014	2015
Número de Pessoas Beneficiadas Diretamente (NPBD)	627.569 ⁽¹⁾	658.765 ⁽¹⁾	646.367 ⁽¹⁾	603.009
Número de Pessoas Beneficiadas Indiretamente (NPBD*3,6)	2.259.248 ⁽¹⁾	2.371.554 ⁽¹⁾	2.326.921 ⁽¹⁾	2.170.832
Média Mensal de Atendimento	52.297 ⁽⁸⁾	54.897 ⁽⁸⁾	53.862 ⁽⁸⁾	50.251 ⁽⁸⁾
Quantidade de Defensores na Atividade-Fim	291 ⁽¹⁾	257 ⁽¹⁾	262 ⁽¹⁾	247 ⁽³⁾
Produtividade Média Mensal dos Defensores	180 ⁽⁵⁾	214 ⁽⁵⁾	206 ⁽⁵⁾	203 ⁽⁵⁾
Orçamento Total da Fonte Recursos Ordinários	86.824.267,86 ⁽²⁾	96.567.562,15 ⁽²⁾	102.372.858,16 ⁽²⁾	109.216.099,32 ⁽²⁾
Custo Médio do Atendimento	138,35 ⁽⁴⁾	146,59 ⁽⁴⁾	158,38 ⁽⁴⁾	181,12 ⁽⁴⁾
População Estimada	8.633.212 ⁽⁶⁾	8.723.628 ⁽⁶⁾	8.814.043 ⁽⁶⁾	8.904.459 ⁽⁶⁾
Habitantes por Defensor	29.714 ⁽⁷⁾	34.006 ⁽⁷⁾	33.641 ⁽⁷⁾	36.050 ⁽⁷⁾

Fontes:

(1) Dados publicados na mensagem do ano de 2015 consolidados pela SEPLAG (Secretaria de Planejamento e Gestão);



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

- (2) Dados obtidos por meio do sistema SIOF/SEPLAG em 04/05/2016;
(3) Fonte CDC/CDI conforme apresentado na Tabela 13 – QUANTIDADE DE DEFENSORES NA ATIVIDADE-FIM;
(4) Calculado por meio da divisão do Orçamento Total da Fonte Recursos Ordinários pela Quantidade de Defensores na Atividade-Fim;
(5) Calculado por meio da divisão do número de pessoas beneficiadas diretamente (NPBD) pela quantidade de defensores, e este resultado dividido por 12 meses (Calculo: (NPBD/Quant Defensores)/12);
(6) População estimada do estado do Ceará calculada por meio de regressão linear com base nos dados do IBGE de 2010 (8452381) e 2015 (8904459) obtidas no endereço: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?lang=&sigla=ce> em 04/05/2016 às 17:06);
(7) Habitantes por Defensor público calculado pela divisão da População Estimada pela Quantidade de Defensores na Atividade-Fim;

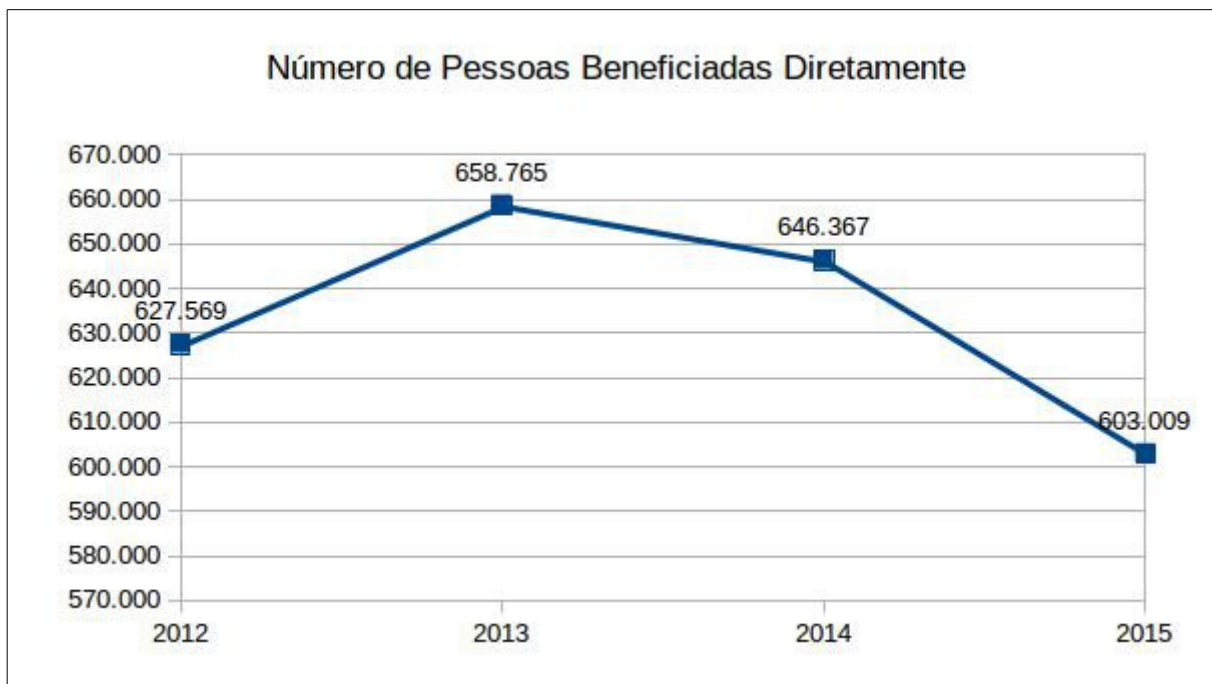


Gráfico 01 – Número de Pessoas Beneficiadas Diretamente



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

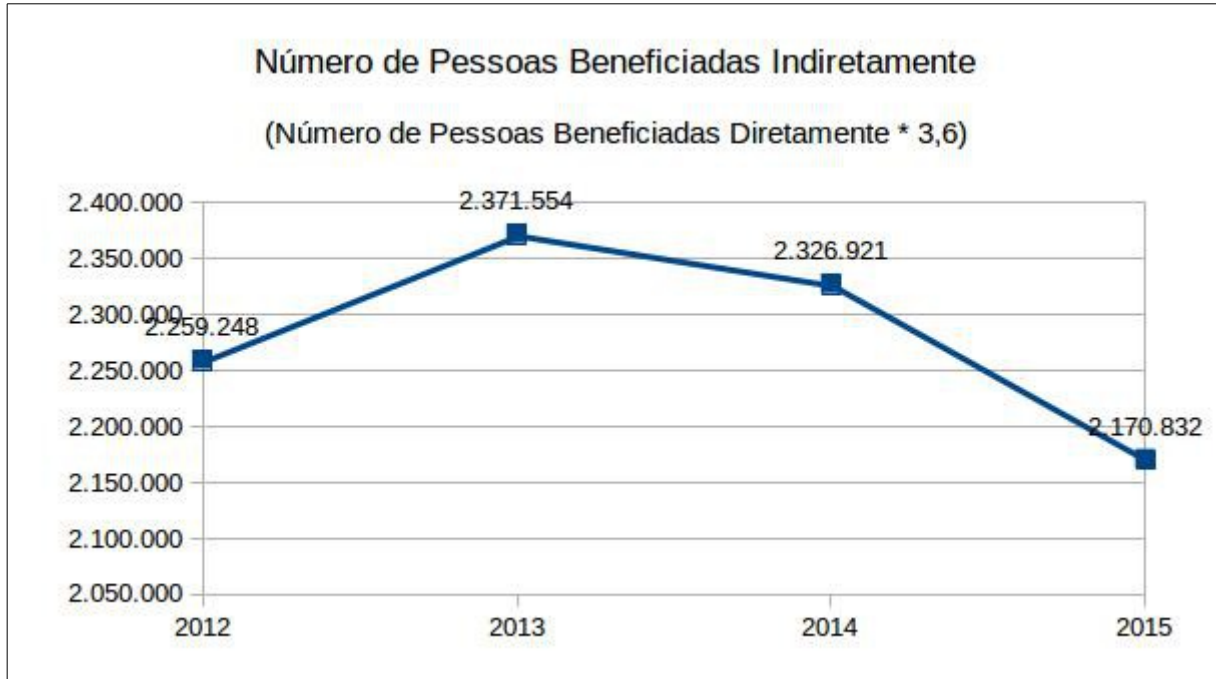


Gráfico 02 – Número de Pessoas Beneficiadas Indiretamente

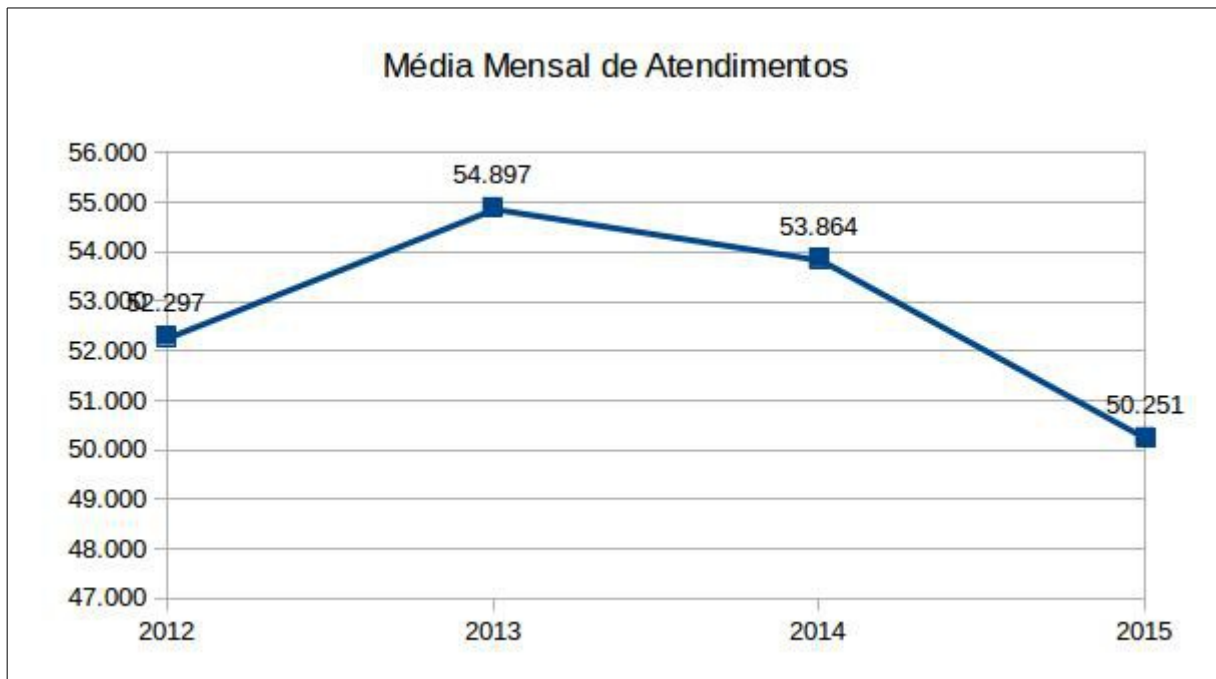


Gráfico 04 – Média Mensal de Atendimento



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

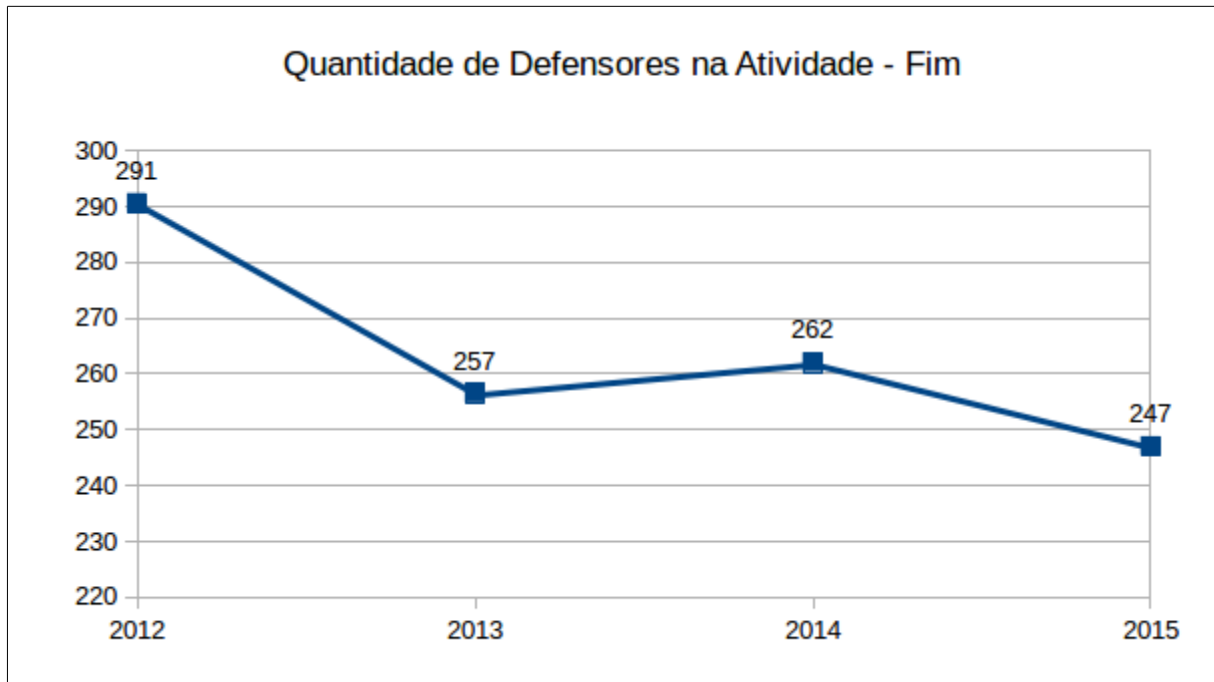


Gráfico 05 – Quantidade de Defensores na Atividade-Fim

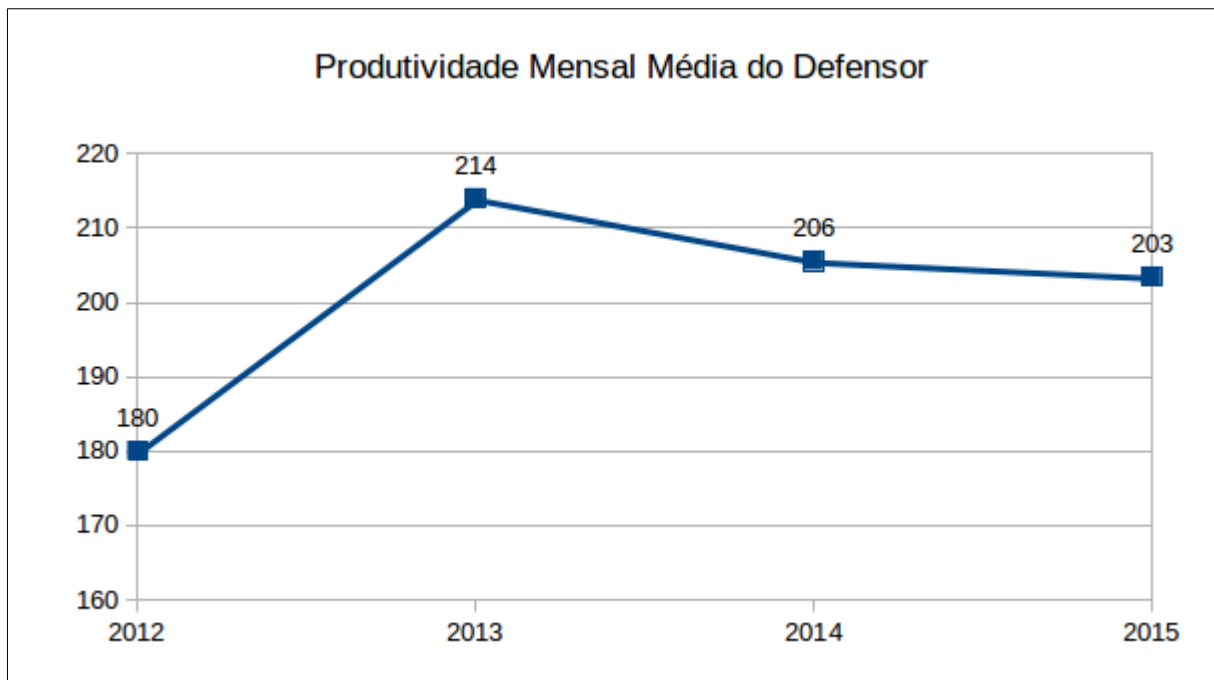


Gráfico 06 – Produtividade Média Mensal do Defensor



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

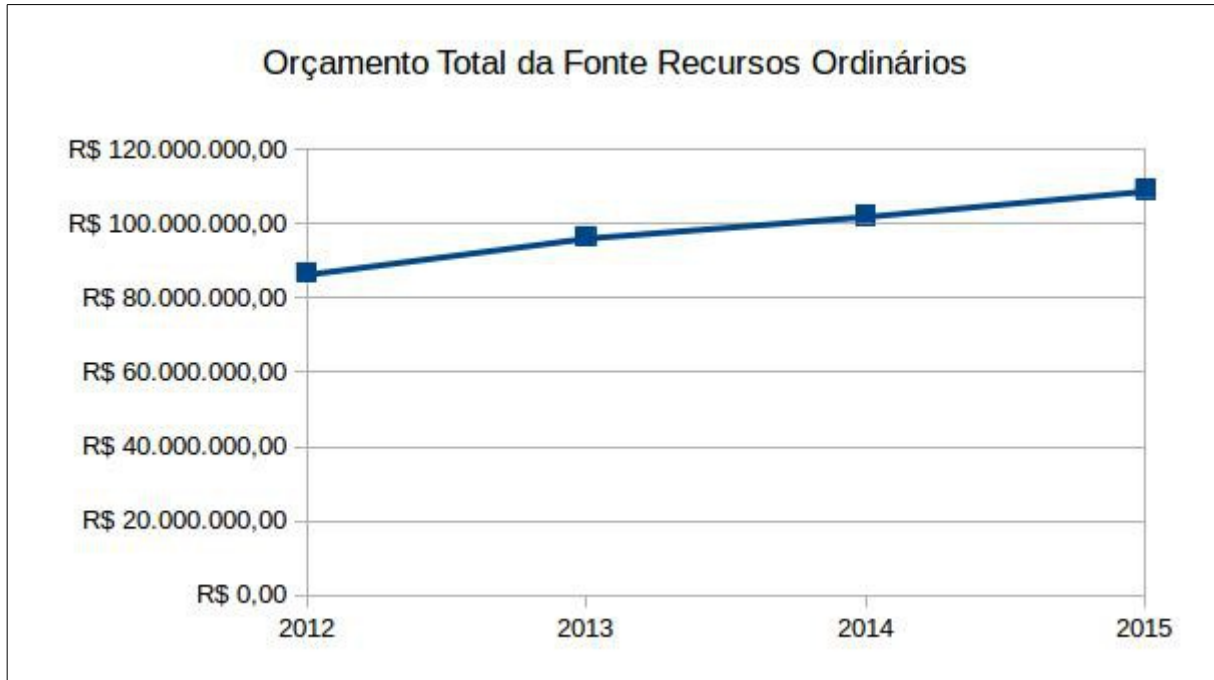


Gráfico 07 – Orçamento Total da Fonte de Recursos Ordinários



Gráfico 08 – Custo médio do atendimento



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

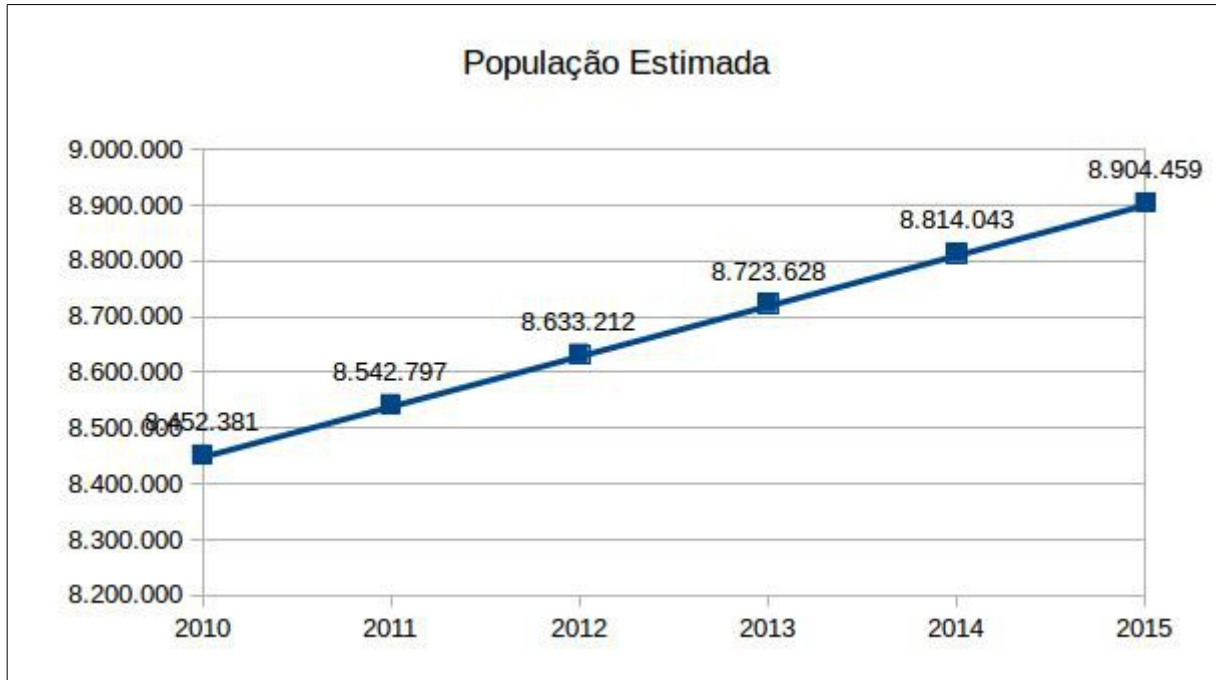


Gráfico 09 – População Estimada (Fonte: IBGE – Regressão Linear 2010-2015)

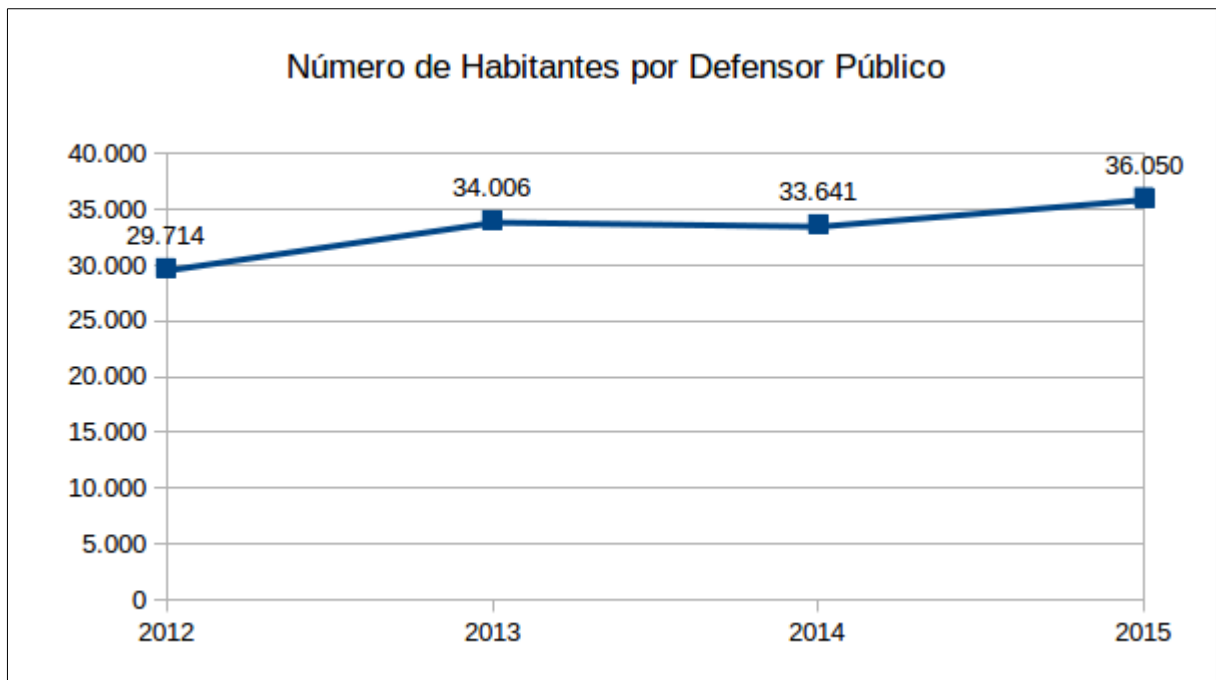


Gráfico 10 – Número de Habitantes por Defensor Público



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

5.2. Indicadores de Desempenho

Indicadores de Eficiência

Segundo a Coordenadoria das Defensorias do Interior (CDI) durante os anos de 2014 e 2015 foram contempladas a quantidades de comarcas atendidas pela Defensoria conforme tabela abaixo:

Tabela 16 – QUANTIDADE DE COMARCAS ATENDIDAS NO INTERIOR POR MÊS

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Maior
2014	55	55	55	55	55	55	55	55	55	46	46	46	55 ¹
2015	46	46	46	46	46	46	46	46	46	46	55	36	55 ²

Fonte: Coordenadoria das Defensorias do Interior (CDI) em 02/05/2016

(1) Maior valor de janeiro a dezembro de 2014;

(2) Maior valor de janeiro a dezembro de 2015;

Essa medida possui estreita relação com produtividade, ou seja, o quanto se consegue produzir com os meios disponibilizados. Assim, a partir de um padrão ou referencial, a eficiência de um processo será tanto maior quanto mais produtos forem entregues com a mesma quantidade de insumos, ou os mesmos produtos e/ou serviços sejam obtidos com menor quantidade de recursos (MPOG, 2010).

O Indicador de Eficiência mede relações entre quantidade de produto e custo dos insumos ou características do processo, como o tempo de produção (TCU, 2011).

Tabela 17 – INDICADOR DE EFICIÊNCIA COM BASE NAS METAS DO PPA

Código	Metas Prioritárias 2012 – 2015	Realizado 2015 (A)	Investimento 2015 (B)	I (R\$/Unid) (B/A)
01409	Incrementar em 5% ao ano o número de pessoas beneficiadas diretamente com a assistência jurídica integral e gratuita nos locais já contemplados com serviços da dpge.	603.009 ^(A1)	109.216.099,32 ^(B1)	181,12
01410	Contemplar com os serviços da DPGE 100% das comarcas do estado do Ceará.	56 ^(A2)	109.216.099,32 ^(B2)	1.950.287,49
01432	Ampliar e modernizar 4 núcleos descentralizados em Fortaleza.	0 ^(A3)	0,00	-
01433	Implantar, ampliar e/ou modernizar 10 núcleos especializados: do consumidor, da igualdade racial, da moradia e habitação, dos presos condenados, dos presos provisórios, da pessoa com deficiência, do idoso, da defesa da mulher,	1 ^(A4)	184.689,94 ^(B4)	184.689,94



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

	da criança e adolescente.			
--	---------------------------	--	--	--

Fonte:

- (A1) Número de Pessoas Beneficiadas Diretamente, contido na tabela "Gestão por Resultados" deste relatório;
(B1) Valor total da fonte Recursos Ordinários, contido na tabela "Indicadores de Gestão" deste relatório;
(A2) Quantidade de comarcas atendidas no interior em 2015, fornecidas pelo CDI em 02/05/2016 apresentado na tabela 15 acrescentado 1 (referente a comarca de Fortaleza - Capital)
(B2) Valor total da fonte Recursos Ordinários, contido na tabela "Indicadores de Gestão" deste relatório;
(A3) Referente a implantação do Núcleo de Maracanaú em 2015;
(B3) Valor referente a reforma e móveis para o Núcleo de Maracanaú de 2015;
(A4) Referente a modernização do Núcleo de Habitação e Moradia (NUHAM) em 2015;
(B4) Valor empenhado na ação 14124 – IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE NÚCLEOS ESPECIALIZADOS em 2015;

Indicadores de Eficácia

O indicador de eficácia aponta o grau com que um Programa atinge as metas e objetivos planejados, ou seja, uma vez estabelecido o referencial (linha de base) e as metas a serem alcançadas, utiliza-se indicadores de resultado para avaliar se estas foram atingidas ou superadas (MPOG, 2010).

O indicador de Eficácia mede quantidade de produto, alcance metas de entrega de bens e serviços (TCU, 2011).

Tabela 18 – INDICADOR DE EFICÁCIA COM BASE NAS METAS DO PPA

Código	Metas Prioritárias 2012 – 2015	Programado 2015 (A)	Realizado 2015 (B)	I (B/A)
01409	Incrementar em 5% ao ano o número de pessoas beneficiadas diretamente com a assistência jurídica integral e gratuita nos locais já contemplados com serviços da dpge.	473.187 ^(A1)	603.009 ^(B1)	1,27
01410	Contemplar com os serviços da dpge 100% das comarcas do estado do Ceará.	54 ^(A2)	56 ^(B2)	1,04
01432	Ampliar e modernizar 4 núcleos descentralizados em Fortaleza.	0	0	-
01433	Implantar, ampliar e/ou modernizar 10 núcleos especializados: do consumidor, da igualdade racial, da moradia e habitação, dos presos condenados, dos presos provisórios, da pessoa com deficiência, do idoso, da defesa da mulher, da criança e adolescente.	1 ^(A4)	1 ^(B4)	1

Fonte:

- (A1) Programado no PPA 2012-2015, para o exercício de 2015 fornecidos pela SEPLAG em 04/05/2016;
(B1) Número de Pessoas Beneficiadas Diretamente, contido na tabela "Gestão por Resultados" deste relatório;
(A2) Programado no PPA 2012-2015, para o exercício de 2015 fornecidos pela SEPLAG em 04/05/2016;
(B2) Quantidade de comarcas atendidas no interior em 2015, fornecidas pelo CDI em 02/05/2016 apresentado na tabela 15 acrescentado 1 (referente a comarca de Fortaleza - Capital)
(A3) Programado no PPA 2012-2015, para o exercício de 2015 fornecidos pela SEPLAG em 04/05/2016;
(B3) Valor empenhado do contrato 31/2015 (SIC) 101741 referente a aquisição de móveis para a implantação do Núcleo de Maracanaú, empenhado na ação 19078, código reduzido da dotação 434;



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

(A4) Programado no PPA 2012-2015, para o exercício de 2015 fornecidos pela SEPLAG em 04/05/2016;
(B4) Referente a modernização do Núcleo de Habitação e Moradia (NUHAM) em 2015;

Indicadores de Economicidade

Os indicadores de economicidade medem os gastos envolvidos na obtenção dos insumos (materiais, humanos, financeiros etc.) necessários às ações que produzirão os resultados planejados. Visa a minimizar custos sem comprometer os padrões de qualidade estabelecidos e requer um sistema que estabeleça referenciais de comparação e negociação (MPOG, 2010).

O indicador de economicidade mede o custo dos insumos e os recursos alocados para a atividade (TCU, 2011).

Tabela 19 – INDICADOR DE ECONOMICIDADE COM BASE NO PPA

Código	Metas Prioritárias 2012 – 2015	R\$ / Unid. Entregues 2014 (Ia)	R\$ / Unid. Entregues 2015 (I)	% Indic. (IIa)
01409	Incrementar em 5% ao ano o número de pessoas beneficiadas diretamente com a assistência jurídica integral e gratuita nos locais já contemplados com serviços da dpge.	158,38 ^(A1)	181,12 ^(B1)	1,14
01410	Contemplar com os serviços da dpge 100% das comarcas do estado do Ceará.	1.828.086,75 ^(A2)	1.950.287,49 ^(B2)	1,07
01432	Ampliar e modernizar 4 núcleos descentralizados em Fortaleza.	-	-	-
01433	Implantar, ampliar e/ou modernizar 10 núcleos especializados: do consumidor, da igualdade racial, da moradia e habitação, dos presos condenados, dos presos provisórios, da pessoa com deficiência, do idoso, da defesa da mulher, da criança e adolescente.	65.109,60 ^(A4)	184.689,94 ^(B4)	2,86

Fonte:

(A1) Dado calculado por meio da divisão entre o valor total do orçamento na fonte recursos ordinários (R\$ 102.372.858,16) dividido pelo número de pessoas beneficiadas diretamente (646.367) no ano de 2014;

(B1) Dado calculado por meio da divisão entre o valor total do orçamento na fonte recursos ordinários (R\$ 109.216.099,32) dividido pelo número de pessoas beneficiadas diretamente (609.009) no ano de 2015;

(A2) Dado calculado por meio da divisão entre o valor total do orçamento na fonte recursos ordinários (R\$ 102.372.858,16) dividido pela quantidade de comarcas atendidas (56) no ano de 2014;

(B2) Dado calculado por meio da divisão entre o valor total do orçamento na fonte recursos ordinários (R\$ 109.216.099,32) dividido pela média da quantidade de comarcas atendidas (56) fornecido pelo CDC/CDI em 02/05/2015;

(A3) Não foi executado nenhum produto referente a esta meta no ano anterior;

(B3) Valor empenhado do contrato 31/2015 (SIC) 101741 referente a aquisição de móveis para a implantação do Núcleo de Maracanaú, empenhado na ação 19078, código reduzido da dotação 434;

(A4) Dado calculado por meio da divisão entre o valor empenhado em 2014 da ação de código 14124 (R\$ 130.219,19), fonte SIOF(Sistema Orçamentário e Financeiro) e os produtos entregues em 2014 (2);

(B4) Dado calculado por meio da divisão entre o valor empenhado em 2015 da ação de código 14124 (R\$ 184.689,94), fonte SIOF(Sistema Orçamentário e Financeiro) e os produtos entregues em 2015 (1 - Núcleo de Habitação e Moradia (NUHAM));



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

6. Demonstrativo de Fluxo Financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos individualizados, bem como a indicação de contrapartida estadual, se for o caso.

A Defensoria Pública do Estado do Ceará não possuiu no exercício de 2015 projetos ou programas financiados com recursos externos individualizados.



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

7. Demonstrativo das transferências de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou instrumentos congêneres;

A Defensoria Pública do Estado do Ceará não possuiu no exercício de 2015 transferências de recursos mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou instrumentos congêneres.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

8. Relatório de desempenho de gestão dos órgãos ou entidades supervisoras que mantenham contrato de gestão com organizações sociais na forma da Lei 12.781/97, bem como relatórios gerencial e de atividades;

Foram realizadas transferência de recursos concedidos através do Contrato de Gestão nº. 032/2014, celebrado entre o Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria e o Centro de Gestão e Desenvolvimento Tecnológico – CGDT, cuja prestação de contas relativa ao exercício de 2015 está anexada à peça processual CG – Contratos de Gestão.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ

9. Conclusão

Uma Instituição que pensa e planeja suas ações proporciona à sociedade, membros, servidores e colaboradores uma plena visibilidade de sua atuação, com descrições claras de seus propósitos a atingir e um referencial para a avaliação dos resultados obtidos.

A busca da eficiência e da eficácia no atendimento de sua missão constitucional, tem exigido da Defensoria Pública do Estado a capacidade de pôr em prática mudanças contínuas e um planejamento de ações que levem a melhor qualidade dos serviços oferecidos ao cidadão hipossuficiente.

Em 2015 a Defensoria Pública procurou trabalhar seu planejamento institucional de forma participativa entre seus membros o que tem lhe propiciado plena visibilidade e a responsabilização efetivamente democrática de sua atual gestão.

Definiu suas diretrizes, objetivos e metas para atender as demandas da Instituição e no processo participativo, mais do que nunca, é importante o envolvimento de todos nas decisões, execuções e acompanhamento das ações a serem empreendidas, a fim de se evitar que o planejamento seja encarado apenas como cumprimento de uma mera formalidade administrativa.

Conforme podemos observar na Tabela 1 - MATRIZ DE INDICADORES E MONITORAMENTO DOS PROJETOS PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DPGE 2014-2015, foram executados 87,11% dos projetos planejados no Planejamento Estratégico 2014-2015.

Em 2015 cerca de mais de 603.009 pessoas foram beneficiadas, conforme Tabela 13 – GESTÃO POR RESULTADOS, este resultado foi inferior ao do ano de 2014 ocasionado provavelmente pelo fato que em 2015 tivemos problemas na obtenção dos dados de acolhimento devido falhas apresentadas nos sistemas SGA dos núcleos de Pacajus e Barbalha no período de apuração. Este dado acabou refletindo nos demais indicadores e ocasionando por fim o aumento do custo médio de atendimento de R\$ 158,38/atendimento, em 2014, para R\$ 181,12/atendimento, em 2015. Esta falha já foi corrigida em alguns núcleos e estamos providenciando a correção dos problemas nos demais. Entretanto este valor ainda foi superior ao valor programado para o ano (2015) que foi de 473.187 pessoas beneficiadas, conforme Tabela 17 – INDICADOR DE EFICÁCIA COM BASE NAS METAS DO PPA, superando este indicador em 27%.

No gráfico 10 podemos observar que em 2012 haviam cerca de 29.714 habitantes por defensor, observando-se a tendência crescente no número da população por defensor em 2015 este número chegou a 33.986 habitantes por defensor, demonstrando um aumento de 14% e a necessidade perene de aumento no quadro de defensores em nossa instituição.

A sociedade passa a exigir mais e melhores serviços, respeito à cidadania, transparência, moralidade e efetividade no uso dos recursos públicos e a Defensoria Pública tem buscado ser ágil na



**DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ**

resposta aos anseios da população carente do nosso Estado e no cumprimento de sua importante missão institucional.

Integração com a sociedade, buscando desenvolver ações conjuntas com os diversos segmentos da comunidade, objetivando garantir, defender e ficar alerta quanto aos direitos de cidadania e dignidade do ser humano, tem sido uma das principais metas da DPGE, nos últimos anos. Sem descuidar, é claro, da adoção de uma postura receptiva e participativa entre membros da Defensoria Pública e segmentos da sociedade, visando o fortalecimento de sua imagem institucional.

Cumprir com celeridade, transparência e eficácia as atribuições que lhe são conferidas por lei, buscando a consolidação da cidadania e defesa do interesse dos mais necessitados, tem sido incessantemente buscado pela atual administração da Defensoria.

Com respaldo nos atuais investimentos realizados pelo Governo do Estado na Instituição, busca-se atuar, com efetiva prioridade, nas áreas que representam demandas advindas de nossa realidade local, tais como: a proteção aos direitos do consumidor, a saúde, a educação, a infância e Juventude, ao Idoso, a mulher em situação de violência, às pessoas recolhidas ao cárcere, bem como desenvolver ações nas áreas criminal, cível e de família.

A partir da adoção de diretrizes estratégicas, desdobradas em objetivos, a Defensoria Pública Geral do Estado tem buscado de forma efetiva o cumprimento de sua missão constitucional, sendo certo que a consecução de tais fins já se fazem sentir nas estatísticas decorrentes do trabalho por esta desenvolvido em prol da população mais carente do Ceará.



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

10. Bibliografia

- DPGE - Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará. RELATÓRIO DE GESTÃO 2011-2015. Fortaleza. 2015. Disponível em: <http://www.defensoria.ce.def.br/wp-content/uploads/2015/12/RELATORIO-DE-GESTAO-2011-2015.pdf> em 06/05/2016;
- DPGE – Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2014-2015. Fortaleza. 2014. Disponível em: <http://defensoria.ce.def.br/wp-content/uploads/2015/02/planejamento-estrategico-2014-2015.pdf> em 06/05/2016;
- MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). INDICADORES DE PROGRAMAS - Guia Metodológico. Brasília, Março/2010. Download em: http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/publicacoes/100324_indicadores_programas-guia_metodologico.pdf no dia 02/05/2016 às 10:13;
- TCU - Tribunal de Contas da União. TÉCNICA DE INDICADORES DE DESEMPENHO PARA AUDITORIAS, Brasília, 11/01/2011 - ano XLIV – Nº3, disponível em <http://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?inline=1&fileId=8A8182A14D78C1F1014D7957D0D84565> em 03/05/2016 às 09:42.